

## ANÁLISES &amp; PERSPECTIVAS

## O Real não diminui as desigualdades

Marcelo Côrtes Neri \*

Pesquisas mostram que o efeito redutor de desigualdade do Plano Real foi relativamente pequeno. Os planos de estabilização que o antecederam e o próprio Real foram criados para reduzir a inflação, mantendo mais ou menos o status quo da distribuição de renda. O Real foi concebido para combater a inflação e foi bem-sucedido nisso. O ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos.



Após o lançamento do Real, tivemos, junto com a redução da inflação, um ganho de bem-estar associado à menor incidência do imposto inflacionário, principalmente nas classes de renda mais baixas.

Simulações desse efeito revelam um aumento de 10% na renda de quem não tem acesso a mecanismos financeiros sofisticados e uma redução de pobreza de 5%. Essa é uma característica da estabilização, mas que vai explicar apenas uma pequena parte do ganho social observado depois do Real. Um segundo efeito refere-se ao tipo de estabilização que foi feita. Fixou-se a taxa de câmbio, abriu-se a economia e ocorreu um "boom" de consumo. As medidas beneficiaram os setores de produtos não-transacionáveis, como serviços,

mas prejudicaram os transacionáveis, como indústria. E é o setor de serviços que abriga o maior número de pobres ocupados. Houve, então, um grande impacto redutor de pobreza. Isso explica por que algumas regiões, como o Rio de Janeiro, por exemplo, foram mais beneficiadas do que outras, como São Paulo.

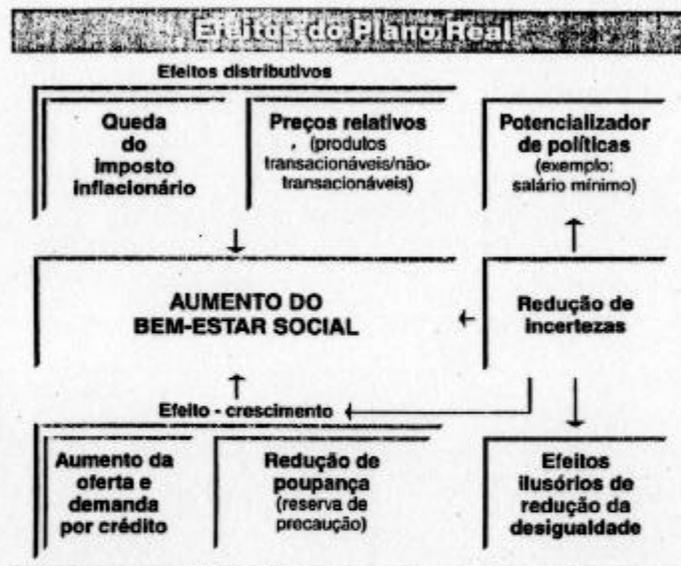
O terceiro efeito, o principal diretamente ligado à estabilização, é a redução das incertezas. Nessa passagem da incerteza crônica para um período de estabilidade há ganhos de bem-estar social diretos, pois se consegue planejar o futuro. A estabilização também aumenta a demanda por crédito (poupança negativa) por parte das famílias, que podem ter um comportamento menos prudente em relação ao futuro e se liberam para consumir e tomar crédito. Por outro lado, bancos e financeiras tendem a se sentir mais seguros no monitoramento dos seus potenciais tomadores. A redução de incerteza depois do Real levou — tanto por razões de oferta como de demanda — ao florescimento do mercado de crédito direto ao consumidor.

O principal ganho do Real foi trazer estabilidade à renda de cada um. Calculamos isso com base em dados da PME-IBGE, que acompanham as mesmas famílias ao longo do tempo, e concluímos que a volatilidade da renda domiciliar mensal caiu cerca de 40% com a estabilização. O efeito de redução de volatilidade conta-

mina as medidas de desigualdade. Parece que a desigualdade caiu mais porque, se a economia está mais estável, as desigualdades de renda mensais — que é o que se mede no Brasil — são infladas por essa flutuação. Se você tiver uma economia cuja renda média ao longo do tempo seja a mesma, uma economia igualitária por definição, mas com rendas que flutuam de maneira dessincronizada, parece que a desigualdade é maior do que é na verdade.

A redução dessas flutuações produziu uma miragem redistributiva. A desigualdade de rendas mensais cai três vezes mais que a desigualdade de rendas auferidas ao longo de quatro meses consecutivos, e essa diferença corresponde justamente ao efeito de redução da instabilidade temporal da renda. Em suma, parte substantiva da queda de desigualdade medida corresponde a efeitos ilusórios. Os efeitos redistributivos diretos do Real não foram grandes, mas a estabilidade criou a possibilidade de fazer política social de uma maneira muito melhor do que se fazia antes. Em primeiro lugar, porque alongou o horizonte de ação de governos e agentes privados, incluindo empresas e trabalhadores.

Com a estabilidade e o fim do imposto inflacionário, ficou mais fácil para o governo e para as famílias implementar seus respectivos orçamentos. O Plano Real viabilizou a ação de políticas sociais, mas não é, em si, uma grande política distributiva. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes. O objetivo do Real não foi a redistribuição de renda,



mas acabou por gerar um efeito de potencializar a operação de políticas distributivas. Assim, os benefícios distributivos diretos do real foram relativamente pequenos, o grosso da melhora ainda estaria por vir.

O grosso (55,7%) da redução da pobreza líquida observada no período pós-Real se deu exatamente em maio de 1995. A redução da pobreza de 10,56%, então observada, estaria ligada ao reajuste de 43% do salário mínimo concedido na mesma data. O erro parece ser a ênfase dada ao efeito distributivo direto do Real. Ganho maior é o de melhorar a operação de políticas distributivas, como o aumento do salário mínimo

exemplifica. De maneira geral, os diversos indicadores de pobreza analisados apresentam uma melhora mais expressiva que os indicadores de desigualdade no período pós-Real, na medida em que o plano foi seguido de crescimento econômico.

No período compreendido entre junho de 1994 e setembro de 1995, o número de pobres caiu entre 12% e 31%, dependendo do valor da linha de pobreza assumido e do cômputo ou não das perdas associadas à incidência do efeito imposto inflacionário. Cabe ainda ressaltar que uma significativa queda do número de pobres observada nesse período foi contemporânea aos aumentos reais

conferidos ao salário mínimo em maio de 1995. Portanto, o Real, mais do que condição suficiente, constitui condição necessária para o bom funcionamento das políticas sociais.

O nosso ponto é que, além do crescimento econômico e da transferência de recursos em direção às camadas mais pobres da população, importantes ganhos de bem-estar social podem ser obtidos pelas vias da maior estabilidade de rendas, e este foi o principal subproduto social da estabilização. Dados que acompanham as mesmas famílias ao longo do tempo revelaram uma queda de aproximadamente 40% da variabilidade temporal da renda no período, após a queda da inflação. Além dos ganhos diretos de bem-estar de se poder planejar o futuro com maior tranquilidade, a redução da incerteza explica, pelo menos em parte, a ocorrência do "boom" pós-estabilização através do florescimento do mercado de crédito direto ao consumidor observado. Estas são as boas notícias. As más são que a maior estabilidade produziu efeitos ilusórios de redução da desigualdade, conforme medido pelas pesquisas domiciliares brasileiras. Isto é, parece que a desigualdade caiu, mas o que caiu mesmo foi a instabilidade da renda individual. ■

\* Chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV/RJ. Este texto é um resumo do que será publicado na revista "Conjuntura Econômica", da FGV. E-mail: mcneri@fgv.br.